

PRIMEIRA INFÂNCIA PRIMEIRO NO MUNICÍPIO

OS PRIMEIROS PASSOS PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

Parentalidade



FUNDAÇÃO
Maria Cecília
Souto Vidigal

www.primeirainfanciaprimeiro.org.br

índice

Parentalidade positiva	6
O fortalecimento das famílias	9
1º) Incluir a parentalidade no Plano Municipal pela Primeira Infância	11
2º) Especificar as iniciativas de parentalidade existentes	13
3º) Mapeamento das iniciativas e serviços às famílias	20
4º) Criar uma matriz lógica	23
5º) Estabelecer prioridades	25
6º) Definir ações de fortalecimento das famílias	27
7º) Implementar as ações	33
8º) Monitorar e avaliar	35





Parentalidade positiva

Como a gestão pública pode oferecer aos pais e cuidadores condições de potencializar o desenvolvimento das crianças

Pesquisas científicas mostram que as bases fundamentais para o desenvolvimento adequado das crianças envolvem boa alimentação, saúde, segurança e proteção social, **cuidado responsivo** e **estimulação do aprendizado**. Por outro lado, condições desfavoráveis durante a infância – como pobreza, violência ou desnutrição – podem prejudicar esse desenvolvimento. Neste cenário, os cuidadores desempenham um papel essencial, pois são o primeiro núcleo social da criança e podem atuar como promotores do desenvolvimento.

O desenvolvimento infantil é resultado de diversos fatores, mas pais ou cuidadores amorosos, protetores e responsivos podem mitigar o impacto negativo de um ambiente hostil e de adversidades e ajudar a potencializar as capacidades de suas crianças.

A isso chamamos de parentalidade – o conjunto de atividades desempenhadas pelo cuidador ou responsável pela criança. Consideramos parentalidade positiva a atuação que visa a proteção, o cuidado responsivo e a estimulação da criança, proporcionando a segurança e confiança necessárias para a aquisição da autoconfiança e do aprendizado.



Estudos demonstraram que as famílias que participaram de programas de apoio à parentalidade tiveram menos episódios de violência doméstica e comportamentos punitivos em relação a seus filhos, interagindo de **forma mais positiva**. Essas crianças, por sua vez, tiveram melhor desempenho escolar, menos envolvimento em episódios de violência e criminalidade na adolescência e, na vida adulta, recebiam salários 25% maiores do que as crianças que não participavam do programa.

As políticas públicas que buscam promover a parentalidade positiva devem apoiar os adultos e suas crianças e têm, portanto, o potencial de melhorar a vida dos indivíduos e de mudar a comunidade do seu entorno. Por esse motivo, o estímulo da parentalidade positiva se tornou uma prioridade na área da **primeira infância**. Por meio de políticas públicas, ações ou programas efetivos, pode-se alterar o curso do desenvolvimento da criança.

Este tipo de programa é essencial porque reforça as características e os hábitos positivos dos pais ou cuidadores para que possam exercer a parentalidade positiva. Em algumas situações os pais ou cuidadores principais, seja por desconhecimento, seja por terem eles próprios crescido em situação de vulnerabilidade, ou ainda por terem experimentado interações negativas durante a sua infância – como a ausência de vínculo afetivo, violência doméstica, negligência ou falta de estímulo –, acabam por perpetuar modelos de comportamento e interações que não contribuem para o pleno desenvolvimento de seus filhos. Alguns modelos culturais podem, até mesmo, colaborar para a repetição de experiências e padrões de cuidado que tenham impacto negativo no desenvolvimento de diferentes habilidades da criança (como, por exemplo, a autoconfiança e a motivação).

O que se busca nas intervenções de parentalidade é chamar a atenção para a importância do desenvolvimento nos primeiros anos, apoiar a construção de caminhos para interação positiva e, conseqüentemente, promover uma mudança de comportamento dos cuidadores. A ideia é romper um possível ciclo vicioso de



modelos parentais negativos, podendo contribuir, inclusive, para a ruptura do que se define como ciclo intergeracional da violência – a passagem de hábitos culturais que favoreçam a violência (exemplo: punição física como tapas e palmadas) de uma geração para a próxima.

O fortalecimento de práticas e comportamentos positivos nas atividades mais rotineiras vivenciadas entre os adultos e as crianças, embora desafiador, é especialmente poderoso, porque vai afetar positivamente não apenas aquela criança especificamente, mas também a família como um todo, e as crianças dessa família tenderão a repetir esse modelo de parentalidade positiva com os filhos, quando se tornarem adultos. É um ciclo que tem a capacidade de mudar a nossa sociedade, um investimento com resultados extremamente significativos.



O fortalecimento das famílias

Quando se fortalecem as famílias, elas promovem de forma mais consciente e efetiva o desenvolvimento de suas crianças. É disso que se trata quando se fala no investimento em políticas, programas e ações para promover a parentalidade positiva: prover condições para que os cuidadores deem a devida atenção e cuidado às crianças. O arcabouço legal para esse esforço é dado pela Constituição Federal, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pelo **Marco Legal da Primeira Infância** e pelos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU)**.

Mas é o município o espaço de vida e de convivência do cidadão. É ele, portanto, o lugar mais favorável de construção e de entrega das ações derivadas das políticas públicas sociais. Sendo assim, a sugestão é que os profissionais da gestão municipal elaborem o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) para implantação ou aprimoramento dos programas de desenvolvimento infantil e parentalidade. O Plano pode ser realizado em etapas, como descreveremos a seguir.

Para tanto, recomenda-se utilizar a matriz de cuidado sugerida pela OMS/Unicef, que agrupa as iniciativas segundo as áreas de saúde, nutrição, segurança e proteção, educação infantil e parentalidade (como descrito no guia de Saúde desta coleção).





1

Incluir, no Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), estratégias para promoção da parentalidade positiva



A elaboração do PMPI é explicada no guia sobre Gestão e Orçamento desta coleção. Aqui cabe, porém, frisar algumas perguntas que devem constar do processo, para garantir a atenção aos programas de parentalidade.

- i) Quem são e como estão as famílias e crianças do município?
- ii) O que o município está fazendo para promover a parentalidade e o desenvolvimento infantil?
- iii) O que o município precisa fazer pela primeira infância com foco na parentalidade?
- iv) Como isso será feito?

Estas perguntas são importantes não só para seguir adiante de forma alinhada com o que já existe, mas também para o planejamento das ações nos municípios onde não há programas, serviços ou ações focadas explicitamente no fortalecimento das famílias com crianças na primeira infância. Saber se o município tem Plano Municipal da Primeira Infância e Rede Municipal da Primeira Infância é importante, pois ambos fortalecem a atenção à parentalidade positiva e suporte da família e da criança nos primeiros anos de vida.



2

Especificar as iniciativas de parentalidade existentes

Na análise situacional do município, o diagnóstico para identificar, descrever e priorizar os desafios, deve-se ter certeza de que estão sendo consideradas as questões relativas à parentalidade. Neste sentido, vale lembrar que não apenas os pais e cuidadores, mas também todo o ambiente do entorno, influenciam o desenvolvimento infantil, ou seja, a abordagem deve ser intersetorial. Destacam-se os seguintes **indicadores** (com destaque, em vermelho, para os mais diretamente ligados à parentalidade).

O QUE PROCURAR	POR QUE É IMPORTANTE	ONDE ACHAR
População do município	Indica o número de habitantes e serve como base para comparações entre os grupos específicos	Primeira Infância Primeiro
População na primeira infância	Indica a quantidade de crianças que o município precisa atender. Idealmente, dividida em dois grupos: de 0 a 3 anos e de 4 e 5 anos	Primeira Infância Primeiro
Percentual de pessoas pardas, negras ou de outras etnias (indígenas)	Junto com os demais dados demográficos, permite estimar os grupos mais vulneráveis, potenciais beneficiários dos programas de parentalidade	Primeira Infância Primeiro
Número de população migrante	Junto com os demais dados demográficos, permite estimar os grupos mais vulneráveis, potenciais beneficiários dos programas de parentalidade	Dados próprios do município (se houver)
Percentual de população rural	Junto com os demais dados demográficos, permite estimar os grupos mais vulneráveis, potenciais beneficiários dos programas de parentalidade	Primeira Infância Primeiro
Número de nascidos vivos	Faz parte dos dados diretamente relacionados à parentalidade que mostram o desempenho do município em questões primordiais, como a sobrevivência e aspectos que impactam no desenvolvimento	Sinasc



O QUE PROCURAR	POR QUE É IMPORTANTE	ONDE ACHAR
Óbitos evitáveis em menores de 1 ano	Faz parte dos dados diretamente relacionados à parentalidade que mostram o desempenho do município em questões primordiais, como a sobrevivência e aspectos que impactam no desenvolvimento	Primeira Infância Primeiro
Mortalidade materna	Faz parte dos dados diretamente relacionados à parentalidade que mostram o desempenho do município em questões primordiais, como a sobrevivência e aspectos que impactam no desenvolvimento	Imapi SIM
Prematuridade	Faz parte dos dados diretamente relacionados à parentalidade que mostram o desempenho do município em questões primordiais, como a sobrevivência e aspectos que impactam no desenvolvimento	Imapi Sinasc
Proporção de bebês com baixo peso ao nascer	É um dos indicadores relativos a aspectos nutricionais	Primeira Infância Primeiro
Proporção de crianças com peso baixo ou muito baixo para a idade (0 a 5 anos)	Outro indicador relativo a aspectos nutricionais	Primeira Infância Primeiro

O QUE PROCURAR	POR QUE É IMPORTANTE	ONDE ACHAR
Percentual de gestantes com baixo peso	Mais um indicador relativo a aspectos nutricionais	Sisvan
Proporção da população vivendo em situação de pobreza extrema	É um dos indicadores relativos à proteção social que evidenciam as camadas da população em situação de vulnerabilidade	Primeira Infância Primeiro
Percentual de cobertura do Programa Bolsa Família	É também um dos indicadores relativos à proteção social que evidenciam as camadas da população em situação de vulnerabilidade	Primeira Infância Primeiro
Percentual da população inscrita no Cadastro Único	Outro dos indicadores relativos à proteção social, que evidenciam as camadas da população em situação de vulnerabilidade	Primeira Infância Primeiro
Notificações de casos de violência doméstica e contra a criança de 0 a 4 anos	Mais um indicador relativo à proteção social que evidencia as camadas da população em situação de vulnerabilidade. Também é um indicador de parentalidade negativa	Primeira Infância Primeiro
Notificações de casos de violência contra a mulher	Outro dos indicadores relativos à proteção social que evidenciam as camadas da população em situação de vulnerabilidade	Sinan



O QUE PROCURAR	POR QUE É IMPORTANTE	ONDE ACHAR
Percentual de gestantes com sete ou mais consultas de pré-natal	É um dos indicadores relativos à parentalidade que mostram como está o cuidado durante a gestação e início da vida	Primeira Infância Primeiro
Proporção das gestantes com início adequado do acompanhamento pré-natal	Mais um dos indicadores relativos à parentalidade que mostram como está o cuidado durante a gestação e início da vida	Sinasc
Taxa de aleitamento materno exclusivo aos 6 meses	Outro dos indicadores relativos à parentalidade que mostram como está o cuidado durante a gestação e início da vida	Primeira Infância Primeiro
Proporção de partos em adolescentes	As evidências apontam que este é um indicador de risco para a parentalidade, maior chance de baixo peso ao nascer e deficiência nutricional da mãe — portanto, de necessidade de programas de parentalidade	Primeira Infância Primeiro
Taxa de atendimento em creche - total e por etnia	É um indicador de estimulação e oportunidade de aprendizado. Mostra quais grupos de crianças estão recebendo algum tipo de estímulo durante a primeira infância e quais grupos não estão tendo acesso a esses programas	Primeira Infância Primeiro

O QUE PROCURAR	POR QUE É IMPORTANTE	ONDE ACHAR
Taxa de atendimento em pré-escola - total e por etnia	Outro indicador de estimulação e oportunidade de aprendizado	Primeira Infância Primeiro
Cobertura do programa Criança Feliz	É um indicador de programa de parentalidade para fortalecer a estimulação e a oportunidade de aprendizado	Suas
Número e proporção de crianças com deficiência	É um dos indicadores adicionais que não constam dos painéis de indicadores formais brasileiros, mas é importante para estimar, com mais precisão, a parcela da população que pode se beneficiar de programas de parentalidade	Identificável a partir das políticas setoriais e pelos cadastros de atendimento no município
Crianças fora do convívio familiar	Outro indicador adicional que não consta dos painéis de indicadores formais brasileiros, mas é importante para estimar, com mais precisão, a parcela da população que pode se beneficiar de programas de parentalidade	Identificável a partir das políticas setoriais e pelos cadastros de atendimento no município
Dados gerais de emprego e renda	Mais um indicador importante para estimar a parcela da população que pode se beneficiar de programas de parentalidade	Identificável a partir das políticas setoriais e pelos cadastros de atendimento no município



O QUE PROCURAR	POR QUE É IMPORTANTE	ONDE ACHAR
Estrutura produtiva local	Outro indicador importante para estimar a parcela da população que pode se beneficiar de programas de parentalidade	Identificável a partir das políticas setoriais e pelos cadastros de atendimento no município
Situação de moradia	Outro indicador importante para estimar a parcela da população que pode se beneficiar de programas de parentalidade	Identificável a partir das políticas setoriais e pelos cadastros de atendimento no município
Cobertura de saneamento básico	É também um indicador importante para estimar a parcela da população que pode se beneficiar de programas de parentalidade	Identificável a partir das políticas setoriais e pelos cadastros de atendimento no município

Por serem padronizados, os sistemas de informações nacionais permitem comparar municípios e estabelecer benchmarks (exemplos a serem copiados). No entanto, as informações não são atualizadas frequentemente e podem estar incompletas. Assim, recomenda-se manter as bases de dados o mais possível completas e atualizadas. Isso trará mais precisão para a estratégia do município.



Mapeamento das iniciativas e serviços às famílias

Com o painel de indicadores apresentado no item 2 fica mais fácil entender quais são as principais oportunidades de melhoria e os pontos fortes relativos à parentalidade no seu município, e assim determinar as prioridades de atuação. O passo seguinte consiste no mapeamento das iniciativas e serviços ofertados para as famílias com crianças de 0 até 6 anos.



Considerando que a abordagem deve ser intersetorial, a criação de um grupo de trabalho com representantes de todos os setores (saúde, educação, assistência social, segurança pública, desenvolvimento, entre outros) pode ajudar na obtenção de um mapeamento mais completo. Também é possível mapear outros serviços e iniciativas ofertados pelas políticas setoriais (saúde, educação ou assistência, sistema de garantia de direitos etc.) nacional, estadual ou do próprio município.

Os serviços, programas e ações relativos à parentalidade existentes podem ser identificados e agrupados em:

i) Saúde:

Iniciativa Hospital Infantil Amigo da Criança (HIAC), Estratégia Amamenta Alimenta Brasil (EAAB), Estratégia Qualinéo, Método Canguru, Estratégia de Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância (AIDIPI), Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de 1ª Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras (NBCAL), Mulher Trabalhadora que Amamenta (MTA), Rede Brasileira de Leite Humano (BLH), **Estratégia Saúde da Família**.

ii) Proteção social:

Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Programa Bolsa Família, Registros de Nascimento, Conselho Tutelar, Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), Serviço de Proteção Social Básica (SPSB) no domicílio para pessoas com deficiência, Centro de Assistência Social (CRAS), Programa Criança Feliz, programas de auxílio às mães durante os cinco primeiros meses de vida da criança, Programas de Moradia e outros programas de transferência de renda.

iii) Educação:

Embora não estejam diretamente relacionadas às ações de promoção de parentalidade, é importante trazer algumas informações ligadas à educação (especificadas no guia correspondente desta coletânea) para que não haja colisão entre ações. Por exemplo, vai ser importante mapear e conhecer os serviços de creche disponíveis e que crianças frequentam creches para fazer o planejamento de programas de visita domiciliar. Adicionalmente, **programas de parentalidade** podem ser oferecidos a partir da Secretaria de Educação ou em parceria com a Secretaria de Educação, como veremos mais adiante.

iv) Sistema de Garantia de Direitos:

O Diploma Legal brasileiro, a Constituição, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Marco Legal da Primeira Infância consubstanciam a garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Para concretização desses direitos é necessária uma articulação do poder público com a sociedade civil na implantação do **Sistema de Garantia de Direitos** com vistas à promoção, controle e defesa desse grupo societário.

É aconselhável verificar a existência e funcionamento do:

- » Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- » Conselho Tutelar
- » Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

E, diante da complexidade que envolve a gestão pública, o conhecimento mais aprofundado dos problemas do município possibilitará ao gestor desenvolver um diálogo intersetorial amplo e eficaz com todas as políticas sociais para viabilizar ações pertinentes às demandas, inclusive à parentalidade.



4

Criar uma matriz lógica

Uma vez mapeados os serviços e ações, incluí-los em um modelo de matriz lógica facilita a análise dos resultados e a priorização das ações.

Matriz decisória para seleção dos problemas

PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS	IMPORTÂNCIA	URGÊNCIA	CAPACIDADE DE ENFRENTAMENTO	ORDEM DE PRIORIDADE
Problema 1	Motivo 1	06/2021	Requer ajuda do governo federal	2
Problema 2	Motivo 2	12/2022	Dá para fazer	1
Problema 3	Motivo 3	12/2024	Ainda faltam recursos	3



5

Estabelecer prioridades

Da Matriz Lógica, pode-se seguir para o estabelecimento de ordem de prioridade de acordo com a urgência e a capacidade de enfrentamento de cada problema. A capacidade de enfrentamento pode estar dentro da equipe disponível ou não. A classificação das prioridades possibilita saber quais são e como trilhar os caminhos para a solução. Por vezes, é preciso ampliar o diálogo com outros grupos de atores, sejam municipais, estaduais ou nacionais.

Ordem de prioridades

PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS	GRAU DE IMPORTÂNCIA BAIXA, MUITO BAIXA, MÉDIA, ALTA, MUITO ALTA	URGÊNCIA 1....2....3	CAPACIDADE DE ENFRENTAMENTO DENTRO OU FORA DA EQUIPE – PARCIAL OU TOTAL	ORDEM DE PRIORIDADE 1, 2, 3, 4
Problema 1	Muito alta	2	Dentro, parcial	3
Problema 2	Muito alta	2	Dentro, parcial	1
Problema 3	Alta	1	Fora, total	2



Definir ações de fortalecimento das famílias

A parentalidade tem três componentes principais: o acesso aos serviços, a aquisição de habilidades para o cuidado eficiente e o suporte das famílias. Com o diagnóstico em mãos, vai ser possível planejar que ações serão necessárias, definindo por quais caminhos elas poderão ser oferecidas.

Proporcionar o acesso aos serviços necessários nas diversas áreas que envolvem a primeira infância é o tema de outros guias desta coleção. Vamos, então, abordar as ações e programas para a aquisição de habilidades parentais e suporte das famílias – aqui chamadas de fortalecimento das famílias com gestantes ou crianças entre 0 e 6 anos de idade.

GUIA DE AÇÕES

i) Sensibilizar profissionais

A primeira iniciativa de parentalidade positiva é a sensibilização e a capacitação de profissionais da área da saúde, educação ou assistência social para a atenção ao tema. Em suas atividades rotineiras, esses profissionais devem estar atentos para detectar eventuais problemas relativos à proteção, cuidado e estimulação da criança e oferecer suporte e aconselhamento aos pais e cuidadores, promovendo práticas positivas. Por exemplo, os profissionais durante o acompanhamento pré-natal, ou os agentes comunitários durante a visita domiciliar, têm um papel importante no apoio, identificação, encaminhamento, notificação ou articulação do atendimento com outros serviços.

Há algumas iniciativas de sensibilização desses profissionais, como cartilhas, folhetos e a própria caderneta de saúde da criança, workshops ou cursos de curta duração. São opções para elevar a compreensão do tema e ensinar aos profissionais na ponta metodologias de abordagem e enfrentamento das questões relativas à parentalidade.

ii) Orientar e informar cuidadores

Existem diversos programas de parentalidade e fortalecimento do vínculo que podem ser incorporados nas rotinas de serviços existentes. A adoção do **método mãe canguru** ou o incentivo à amamentação são formas eficientes e bem disseminadas de fortalecer o vínculo com a criança. Outra forma de



oferecer informações sobre parentalidade é a distribuição de cartilhas, como a **Cartilha para os pais, do Ministério da Saúde**.

Esses programas estão em linha com o que determina o Marco Legal da Primeira Infância: "Famílias na primeira infância deverão receber orientação e formação sobre maternidade e paternidade responsáveis, aleitamento materno, alimentação complementar saudável, crescimento e desenvolvimento infantil integral, prevenção de acidentes e educação sem uso de castigos físicos, nos termos da Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014, com o intuito de favorecer a formação e a consolidação de vínculos afetivos e estimular o desenvolvimento integral na primeira infância".

Muitos programas se inspiram no americano Head Start (1965) ou no Nadie es perfecto, do sistema de proteção chileno Chile Cresce Contigo. Ambos utilizam sessões ou seminários de sensibilização e educação dos pais para o fortalecimento do vínculo, cuidado, proteção e estimulação da criança. Exemplos de adaptações brasileiras são os "Círculos de educação e cultura", do programa Mãe Coruja Pernambucana, ou a "Universidade do bebê", do programa Família que Acolhe, de Boa Vista (RR). Outro exemplo é o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, oferecido nos Centros de Referência de Assistência Social.

iii) Visitar as famílias

Programas que combinam a promoção da parentalidade e aprendizado precoce têm se mostrado bastante efetivos. Geralmente eles envolvem a aquisição de habilidades parentais, o fortalecimento do vínculo e a interação entre cuidador e criança, com foco no suporte às famílias, juntamente com a estimulação infantil (oferecendo oportunidades de aprendizado, por meio de brincadeiras e atividades com a criança). Esses modelos foram desenvolvidos há algumas décadas e adaptados para diversos contextos. Entre os vários programas, aqueles que envolvem a **visita domiciliar** têm-se mostrado uma estratégia custo-efetiva (que apresentam uma boa relação entre o custo e

o benefício), com efeitos comprovados tanto na mudança de comportamento parental como no desenvolvimento da criança. Há vários exemplos internacionais, como o programa *Educa tu Hijo*, de Cuba, ou o programa *Reach up and learn*, da Jamaica. Por terem mais de duas décadas de história, esses programas já tiveram seu impacto comprovado no desenvolvimento cognitivo, motor e de linguagem da criança na idade pré-escolar, na redução de envolvimento em criminalidade aos 18 anos e na melhor colocação no mercado de trabalho aos 30 anos.

O Brasil promove programas de visita domiciliar para promoção da parentalidade e desenvolvimento da primeira infância desde 2003 tanto no nível federal como nos níveis estadual e municipal. Alguns exemplos são: Primeira Infância Melhor/2003 – Rio Grande do Sul (RS), Cresça com Seu Filho/2013 – Fortaleza (CE), São Paulo Carinhosa/2013 – São Paulo (SP), Programa Primeira Infância Acreana/2016, Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil/ 2014 – Ceará (CE), Programa Família que Acolhe/2013 – Boa Vista (RR) e o Programa Criança Feliz/2016 pelo Ministério da Cidadania do governo federal.

Uma boa alternativa para financiar programas de visitação é aderir ao Programa Criança Feliz e contar com financiamento do governo federal. O programa não deve ser, no entanto, o único voltado à promoção da parentalidade positiva. Embora tenham um objetivo comum, a operacionalização destes programas ocorre de forma bastante flexível, que pode ser adaptada a diversas realidades.

Além disso, os programas podem estar ligados a diferentes setores. O Cresça com seu Filho, de Fortaleza, está ligado à Secretaria da Saúde, enquanto o Família que Acolhe, de Boa Vista (RR), está ligado à Secretaria de Gestão Social, e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil, do Ceará, está ligado à Secretaria de Educação. Estes exemplos mostram que, em função da natureza intersetorial destes programas, a sua coordenação e implantação podem ocorrer em secretarias diferentes – os arranjos são feitos em função da conveniência e disponibilidade de recursos (serviços, pessoas e orçamento) de cada município.



COMO ADERIR AO CRIANÇA FELIZ

De acordo com a Resolução nº 07, de 22 de maio de 2017, do Conselho Nacional de Assistência Social, são elegíveis ao Programa Primeira Infância no Suas (Sistema Único de Assistência Social) os municípios e o Distrito Federal que tenham:

- Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) com registro no Cadastro Nacional do Sistema Único de Assistência Social (CadSuas).
- Pelo menos 140 indivíduos do público prioritário do programa.

Cumprindo esses indicativos, o município deve seguir os seguintes passos:

1. Preencher o Termo de Adesão ao Programa Criança Feliz — o/a gestor(a) da Assistência Social deve acessar o sistema Rede SUAS com seu CPF.
2. Enviar para aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social.

O aceite do município no programa depende da disponibilidade de orçamento.

O Ministério da Cidadania informa o período de abertura para as novas adesões.

Para saber mais, acesse:

[Termo de Aceite do Programa Primeira Infância no SUAS](#)

[Acesso ao Programa Criança Feliz](#)

[Ministério da Cidadania](#)

Fonte: Nievar MA, Van Egeren LA, Pollards S. A metanalysis of home visiting programs: moderators of improvement in maternal behavior. *Infant mental health journal*. 2010 31(5): 499-520

Outro ponto importante diz respeito aos programas realizados em pequenos grupos, cuja eficácia tem sido comprovada para aprimorar as práticas de parentalidade positiva e reduzir comportamentos punitivos como o castigo físico. Ou seja, o programa pode acontecer por meio de visitas domiciliares ou por meio de reuniões de pequenos grupos – que acontecem nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) ou mesmo nas escolas.

Os profissionais que realizam os encontros com as famílias também variam, podendo ser agentes comunitários de saúde, agentes de desenvolvimento infantil ligados à assistência social ou educadores.

Finalmente, a frequência e dosagem dos encontros podem variar. A evidência científica mostra que encontros semanais ou quinzenais, por períodos mais longos, podem impactar de forma significativa o desenvolvimento da criança de 0 a 3 anos.



SUGESTÃO

Nem todos os programas relativos à primeira infância precisam ser universalizados, ou seja, oferecidos de forma ampla para toda a população. Ao contrário, com vistas à redução das desigualdades, alguns programas podem ser voltados para populações específicas que apresentem maior grau de vulnerabilidade e menor acesso à informação. Nesse mesmo sentido, a operacionalização do plano pode acontecer de forma gradual e flexibilizada, de maneira a oferecer modalidades diferentes para populações diversas.



7

Implementar as ações

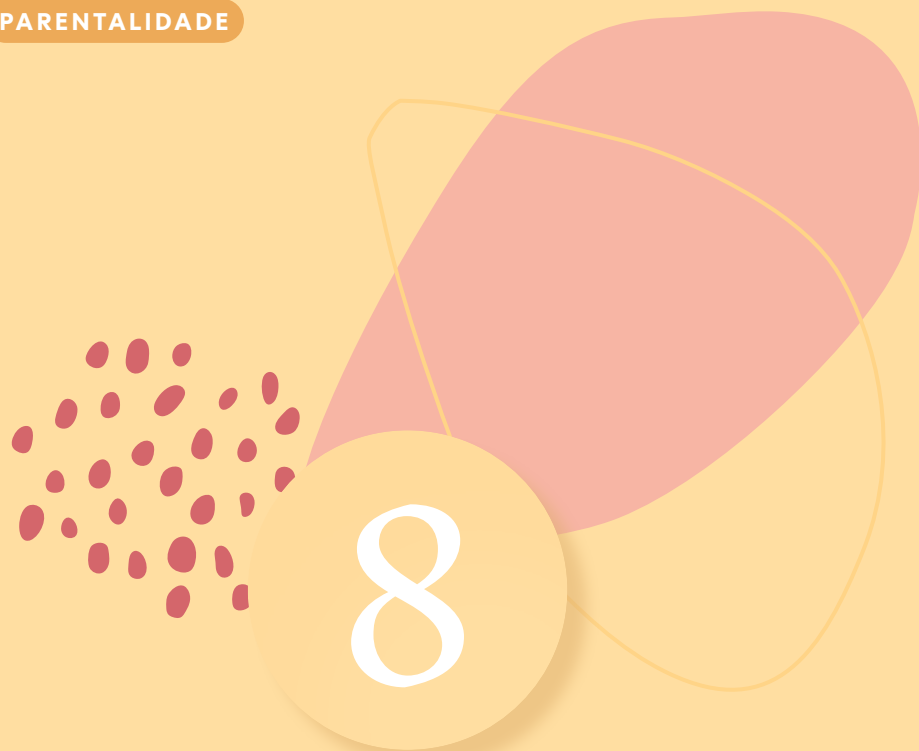
Como qualquer outra ação no município, a viabilidade das ações planejadas para estimular boas práticas de parentalidade depende da disponibilidade de recursos.

É crucial, então, identificar a rubrica orçamentária e planejar as atividades em consonância com o plano orçamentário.



Se o passo 1 foi seguido, as iniciativas de parentalidade positiva estarão no Plano Municipal pela Primeira Infância e deverão ser incluídas no Plano Plurianual (mais informações no guia sobre orçamento desta coleção).

Com o plano definido e verbas asseguradas, é hora de colocá-lo em prática. É importante envolver toda a comunidade – usar os representantes que participaram do processo como "campeões do programa de parentalidade" pode ser uma boa estratégia de divulgação e legitimação da proposta. Outra forma interessante é realizar eventos de conscientização popular sobre a importância da parentalidade positiva e apresentar os programas nesse contexto. Um exemplo desse tipo de iniciativa é a Semana do Bebê, realizada por diversos municípios e reconhecida pelo Unicef.



Monitorar e avaliar

O monitoramento é extremamente importante para garantia do sucesso do programa, mas muitas vezes acaba negligenciado. As informações coletadas serão importantes para avaliação do processo de implantação e dos resultados do programa. Elas devem ser usadas continuamente para supervisão e aprimoramento do programa.

Os níveis mais estratégicos podem ter menor frequência de acompanhamento. É crucial, porém, garantir a coleta de dados. Quando o município for avaliar o impacto de um programa de redução dos episódios de violência em menores de 4 anos, por exemplo, um ano depois do seu lançamento, é imprescindível ter um conjunto de informações que expliquem o que funcionou e o que não funcionou, especialmente caso os resultados não sejam os esperados.

Aqui vai um exemplo prático: a ciência comprova que programas de parentalidade com visita domiciliar têm impacto no desenvolvimento da criança. Para tanto, é preciso que as famílias efetivamente recebam as visitas e que estas tenham qualidade. Muitos programas avaliados não apresentaram o impacto esperado, mas a avaliação do processo de implementação mostrou que as famílias não estavam recebendo as visitas semanais conforme o esperado, ou seja, embora estivessem inscritas no programa, as famílias não receberam o programa de fato – consequentemente, não houve mudança de comportamento.

O processo de avaliação tem importância estratégica para a gestão de um programa ou projeto. Ponderando os resultados a curto, médio e longo prazos, o monitoramento e a avaliação permitem o acompanhamento dos objetivos e a verificação do alcance das metas. O monitoramento ainda contribui para a identificação de possíveis falhas, a revisão de decisões, de aporte dos recursos e, se for o caso, o redirecionamento das ações.

Com desafios diversos, monitorar e avaliar exige tomadas de decisão precisas, identificação dos parceiros, pactuação e planejamento consistente, desde a formulação da ideia. E a presciência dos passos muito favorece o caminho e o alcance dos objetivos. Além disso, um plano de comunicação é indispensável para a unidade e alinhamento da informação sobre os passos e desdobramentos das atividades.



A elaboração de um painel de monitoramento, que inclui não apenas os indicadores de resultados usados na etapa do diagnóstico (para que se possa verificar o sucesso das ações), mas também indicadores de processo (por exemplo, rotatividade de profissionais, número de visitas realizadas, número de desistências do programa, número de visitas não realizadas, número de recusas em participar), pode auxiliar na análise do programa. Identificar o sistema de informação necessário e os responsáveis pela coleta dos dados também deve fazer parte do plano de monitoramento. Muitas vezes, há necessidade de treinamento do pessoal envolvido.

Por fim, além do acompanhamento com dados quantitativos, é recomendável que se colem informações qualitativas; por exemplo, o que os beneficiários estão achando do programa ou qual a opinião dos provedores. As informações qualitativas – uma pesquisa de satisfação, por exemplo – ajudam a explicar as informações quantitativas.

SUGESTÃO

Além de ser uma ferramenta importante de aprimoramento do programa, o monitoramento fornece dados para a prestação de contas à sociedade. Investir nesse processo é uma forma de garantir o sucesso e a continuidade dos programas e ações.

Para saber mais

+ <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/noticias/serie-webinars-avaliacao-programas-politicas-familias-criancas-primeira-infancia/?s=parentalidade>

+ <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/biblioteca/visita-domiciliar-estrategia-promocao-desenvolvimento-parentalidade-primeira-infancia/?s=parentalidade>





Os primeiros passos pela primeira infância

- **Saúde** faz parte de uma série que tem por objetivo auxiliar gestores municipais na garantia dos direitos das crianças na primeira infância. Foi produzido pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.

Direitos e permissões

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução total ou parcial deste documento, desde que citadas a fonte e a autoria.

Sugestão de citação

Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (2021) Os primeiros passos pela primeira infância <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/>

Realização

Fundação Maria Cecília Souto Vidigal
<https://www.fmcsv.org.br>

CEO

Mariana Luz

Diretora de Relações Institucionais

Heloísa Oliveira

Diretor de Operações

Leonardo Hoçoya

Diretor de Conhecimento Aplicado

Eduardo Marino

Diretora de Comunicação

Paula Perim

Gerente de Comunicação

Ana Carolina Vidal Guedes

Gerentes de Conhecimento Aplicado

Beatriz Abuchaim

Marina Fragata Chicaro

PMO

Bethânia Alves

Analista de Relações Institucionais

Larissa Araújo Santos

Analista de Comunicação

Nathalia Florêncio

Consultora técnica

Elisa Altafim

Especialistas para elaboração da publicação

Alexandra Brentani (Parentalidade)

Ana Flávia Flôres (Gestão e Orçamento)

Cleuza Repulho (Educação Infantil)

Cristina Kiomi (Gestão e Orçamento)

Gilvani Pereira Grangeiro (Parentalidade)

Márcia Gil (Educação Infantil)

Sônia Venancio (Saúde)

Wieland Silberschneider (Gestão e Orçamento)

Da obra

Coordenação Editorial

David Cohen

Revisão

Mauro de Barros/BN

Projeto gráfico e editoração

The Infographic Company

Ilustrações

Anna Luiza Oliveira/The Infographic Company



FUNDAÇÃO
Maria Cecília
Souto Vidigal

Saiba mais em:

www.primeirainfanciaprimeiro.org.br